



EDUCAÇÃO

Alfabetização avança, mas não alcança meta

Segundo levantamento do MEC, 59,2% das crianças sabiam ler e escrever ao fim do segundo ano do ensino fundamental. Enchentes no Rio Grande do Sul afetaram desempenho nacional em 2024. Apenas 13 estados ficaram acima da média

» ALÍCIA BERNARDES*

O Brasil registrou um avanço significativo nos indicadores de alfabetização em 2024, ainda que não tenha atingido plenamente a meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). Dados divulgados pelo governo federal apontam que 59,2% das crianças brasileiras de sete anos ao fim do 2º ano do ensino fundamental foram consideradas alfabetizadas, conforme o Indicador Criança Alfabetizada, criado e adotado pelo MEC. A meta era atingir 60% no ano passado, e segundo o ministro Camilo Santana, o número foi diretamente afetado pela tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul.

“O Rio Grande do Sul caiu absurdamente. Se o Rio Grande do Sul tivesse, pelo menos, mantido o percentual de 2023, nós teríamos chegado à meta de 60,2%, em 2024, se não fosse a situação atípica de calamidade no estado. Isso afetou fortemente [o resultado]”, afirmou o ministro. “Chegamos a 59,2% e mais da metade dos municípios atingiram a meta. Quase 60% dos estados melhoraram em comparação a 2023, o que para nós é muito importante.” No estado gaúcho, o índice caiu de 63,4% para 44,7%. O MEC utiliza como critério uma pontuação mínima de 743 na escala do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) para considerar uma criança alfabetizada.

Segundo levantamento do MEC, as capitais mais bem posicionadas são Fortaleza, Vitória, Goiânia e Belo Horizonte, respectivamente, todas com cerca de 70% das crianças alfabetizadas. O ministério divulgou resultados de apenas 23 capitais. Florianópolis, Porto Alegre e Natal não atingiram 70% de participação e por isso ficaram sem índice.

O resultado da alfabetização no Brasil está inserido em uma trajetória de recuperação dos impactos da pandemia e no fortalecimento da política do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído em junho de 2023. “Essa política é fundamental porque hoje o maior desafio brasileiro é a educação básica”, destacou Santana. O programa já alcança mais de 430 mil profissionais com ações de formação e prevê investimentos de R\$ 1,4 bilhão em materiais pedagógicos, cantinhos de leitura, bolsas para articuladores locais e especializações.

Ele também anunciou o lançamento de uma nova premiação nacional. “Vamos agora, em agosto, premiar oito categorias da educação. A alfabetização será uma delas. É uma forma de reconhecer os esforços das escolas, das redes municipais e estaduais que estão fazendo a diferença. Não adianta melhorar indicadores sem incluir todos. A gente não pode deixar ninguém para trás.”

O Distrito Federal alcançou

59,1% de alunos alfabetizados. Embora não haja dados de 2023 pelo sistema estadual, o resultado está alinhado à meta estipulada localmente. O DF já mantinha índices acima da média nacional. Em 2019, teve 63,36%, superior à média de 54,7%. Mesmo com a queda em 2021 para 39,85%, causada pela pandemia, continuou acima do índice nacional de 35,77%.

Em um balanço dos dois anos e meio de gestão à frente do MEC, Camilo Santana destacou a reconstrução da política educacional e a retomada do diálogo federativo. “Quando assumi, o ministério estava sem pessoal, sem informação, sem orçamento. Era preciso reconstruí-lo e restabelecer o pacto com estados e municípios. Hoje, todos os 27 entes federativos possuem uma política de alfabetização regulamentada. Fortalecemos as relações institucionais, independentemente de partido ou ideologia. Educação se faz com todos.”

Tempo integral

Entre as políticas estruturantes, o ministro citou a ampliação da escola em tempo integral, com mais de 980 mil matrículas em 2023 e previsão de atingir um milhão em 2024. “Essa é, para mim, uma das maiores políticas que o país pode fortalecer. Ela reduz evasão, melhora a aprendizagem e promove o desenvolvimento integral da criança”, disse.

Também foram destacados o programa Pé-de-Meia, para combater o abandono

no ensino médio, e a criação do Mais Professores, voltado à valorização e formação docente. “Hoje, poucas pessoas querem ser professor. Precisamos valorizar não só o salário, mas a formação e o reconhecimento social desse profissional.”

Por fim, Santana anunciou novas ações voltadas ao ensino técnico e ao combate ao déficit em matemática, além da criação da carteirinha nacional do professor. “Estamos criando um programa semelhante ao da alfabetização para fortalecer o ensino de matemática, com apoio técnico e financeiro aos estados. Também vamos reconhecer o professor com sua identidade profissional, como já fazem médicos, jornalistas e advogados. É autoestima, é valorização.” E ressaltou: “A maior prevenção contra todos os males sociais é a educação. E a base disso tudo está na alfabetização.”

O ministro defendeu a necessidade de políticas públicas com continuidade e alcance nacional. “As políticas de educação não podem ser políticas de governo. Precisam ser políticas de Estado. Quando há interrupção, quebra-se uma cadeia de avanços importantes”, afirmou.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

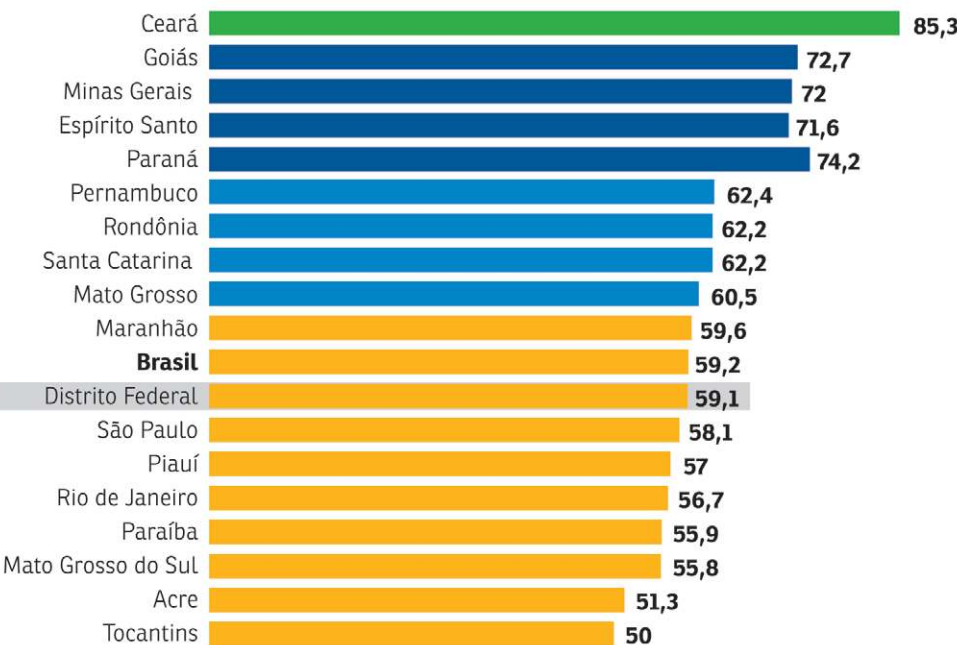


Camilo Santana: para alcançar as metas educacionais até 2030, é preciso estabelecer políticas de Estado, e não de governo

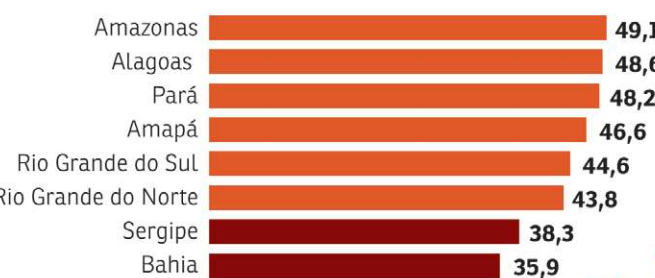
Muito a melhorar

Levantamento do MEC mostra a desigualdade na alfabetização brasileira

VEJA O DESEMPENHO DE CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (Em %)



Oito estados têm menos da metade das crianças alfabetizadas

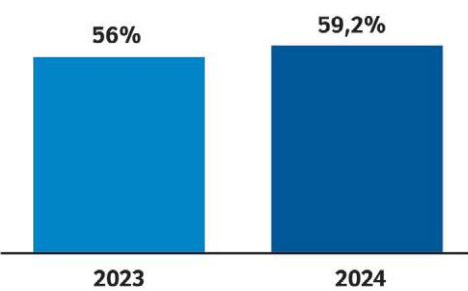


MAPA COM A DISTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS POR NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO



RESULTADO NACIONAL — REDE PÚBLICA

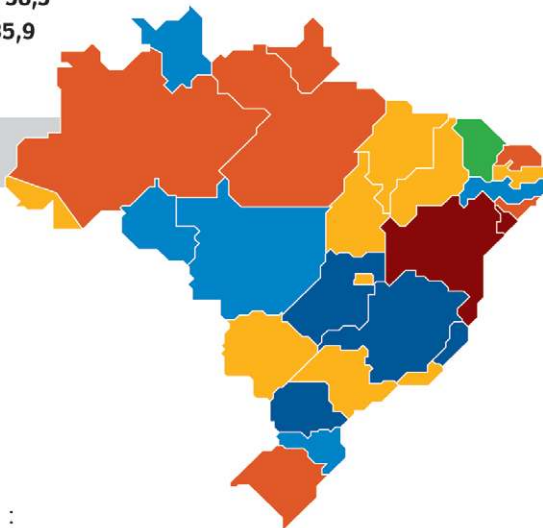
Sistema estadual de avaliação



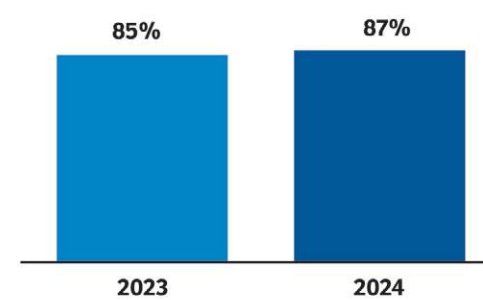
METAS NACIONAIS — REDE PÚBLICA



Fonte: Mec



PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES — REDE PÚBLICA



Fim dos ciclos gera polêmica

A organização Todos pela Educação se manifestou contrária à votação, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que suspendeu a adoção de ciclos com duração superior de um ano no ensino fundamental. Na última quarta-feira, o colegiado aprovou o PL 5136/2019, de autoria do deputado Bibó Nunes (PL-RS), com relatoria de Nikolas Ferreira (PL-MG).

A metodologia do ciclo consiste em permitir à criança evoluir na aprendizagem independentemente do calendário escolar. Se o aluno não tiver desempenho suficiente no 1º e 2º ano fundamental, tem a possibilidade de avançar por meio de reforço escolar.

A proposta aprovada na comissão da Câmara dos Deputados veda a aprovação automática do aluno. A exceção ficaria apenas para situações relacionadas à saúde do estudante. Nas redes sociais, Nikolas Ferreira comemorou a decisão. “Fim da aprovação automática aprovado na comissão de educação. O projeto acaba com a promoção automática, aquele velho faz de contas que empurra alunos para a série seguinte mesmo sem aprender o básico”, escreveu.

“Retrocesso”

A Todos pela Educação se opõe à iniciativa. “A proibição do ensino por ciclos representa um grave retrocesso para a garantia de trajetórias escolares mais contínuas, equitativas e centradas na aprendizagem dos estudantes. Essa proposta desconsidera que o modelo seriado tradicional — com forte ênfase na reprovação — não tem se mostrado eficaz para assegurar a aprendizagem adequada. Ao contrário, reforça desigualdades ao punir com a repetência alunos que não atingem os objetivos de aprendizagem no tempo esperado, ignorando as causas estruturais dessa defasagem”, afirma a instituição, em nota.

“Conforme aponta o relatório *A Educação no Brasil: uma perspectiva internacional* (OCDE, 2021), diversas evidências reforçam os efeitos negativos da reprovação: ela acarreta altos custos financeiros e sociais; é pedagogicamente ineficaz — sobretudo para os alunos que mais precisam de apoio; enfraquece o vínculo dos estudantes com a escola; e contribui para o aumento da evasão e da distorção idade-série”, prossegue a nota da Todos pela Educação.

“Proibir a organização por ciclos, que permite uma abordagem pedagógica mais contínua e preventiva, vai na contramão do que indicam as evidências nacionais e internacionais. É urgente reafirmar o compromisso com políticas que garantam a aprendizagem de todos os estudantes e não com medidas que aprofundem desigualdades e fragilizem ainda mais as trajetórias escolares”, conclui a instituição.